

Uma Abordagem da Grande Recessão a Partir da Monocausalidade Marxista.

Caio Vilella¹

Resumo

Com início do desencadeamento dos eventos da Grande Recessão em 2007, uma série de abordagens distintas sobre as causas do fenômeno ganharam formas dentro da escola marxista. O presente trabalho busca mapear a vertente marxista que atribui a Grande Recessão à queda da taxa de lucro. Através de uma revisão bibliográfica de trabalhos marxistas e utilizando a aludida “lei” marxista como referencial teórico, foi possível expor a abordagem monocausal que atribui as crises capitalistas, inclusive a Grande Recessão, como fruto da queda da taxa de lucro, bem como seus críticos. A partir da organização das interpretações podemos verificar o estado da arte dentro da escola marxista e propor futuros trabalhos complementares.

Palavras-chave: Grande Recessão; Escola Marxista; Lei Tendencial de Queda da Taxa de Lucro; Monocausalidade.

Abstract

With the onset of Great Recession events in 2007, a number of distinct approaches to the causes of the phenomenon gained shape within the Marxist school. The present work seeks to map the Marxist strand that attributes the Great Recession to the fall in the rate of profit. Through a bibliographical review of Marxist works and using the above mentioned Marxist "law" as a theoretical reference, it was possible to expose the monocausal approach that attributes capitalist crises, including the Great Recession, as a result of the fall in the rate of profit, as well as its critics. From the organization of the interpretations we can verify the state of art within the Marxist school and propose future complementary works.

Key-Words: Great Recession; Marxist School; Law of the Tendency of Profit Rate to Fall; Monocausality.

1. Introdução

As contribuições de Karl Marx ao longo de todas as suas obras possuem inegável relevância para quem se debruça sobre o estudo do comportamento cíclico capitalista. Desde os Grundrisse (2015)², quando ainda jovem, até o volume III de O Capital (1986[1894]), publicado após sua morte, Marx examina de forma crítica o funcionamento do sistema capitalista, sobretudo o modo de reprodução e acumulação do capital angariando uma legião de seguidores que compartilham da mesma leitura crítica do sistema.

Não por acaso, após a morte de Marx, boa parte desses seguidores deram sua contribuição sobre a leitura dos escritos clássicos e até mesmo sobre o modo de reprodução

¹ Mestre em economia pela Unicamp e Doutorando na mesma área pela UFRJ. Contato: caio.vilella@ufrj.br

² Escrito em 1858, mas publicado originalmente apenas em 1941

e/ou acumulação capitalista, através de contribuições originais baseadas na leitura crítica possibilitada pelo autor prussiano. Desde então, originou-se o que chamaremos de “escola marxista” em referência a esse grupo de autores.

Nessa escola marxista é possível discernir o que chamaremos de “vertentes marxistas”. Alguns podem preferir o termo “correntes marxistas”, mas o fato é que na escola marxista é possível distinguir grupos de autores que diferenciam suas leituras e seus enfoques na análise não só do processo de acumulação e reprodução, mas também do processo de crises capitalistas. Entre as vertentes existentes, a principal tratada neste trabalho é a vertente baseada no conceito da Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro (LTQTL) como causa da Grande Recessão, bem como suas críticas.

Após os anos 1930, muitos autores marxistas referiam-se ao subconsumismo como causa da crise que se manifestara no final da década de 1920. Durante os anos 1970, segundo Clarke (1994, p.10), a Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro canonizou-se entre os estudiosos marxistas do comportamento cíclico do sistema. Apesar da importância desse argumento, no período mais recente, o debate da vertente marxista sobre as causas das crises não ficou concentrado na aludida lei.

Após a chegada da Grande Recessão, o debate desta escola sobre a queda da taxa de lucro como causa das crises capitalistas voltou a ganhar espaço importante na literatura. De um lado, autores que defendem a Grande Recessão como consequência última da LTQTL argumentam com base na “monocausalidade”, em que as crises poderiam ser instantaneamente provocadas por desequilíbrios pontuais, mas seria a taxa de lucro em baixo nível a responsável pela fragilização estrutural do sistema. De outro lado, alguns autores divergem quanto às causas das crises capitalistas contemporâneas, seja criticando a teoria da lei tendencial de Marx, seja negando seu impacto no processo gerador da Grande Recessão.

Dentro desta discussão, esse texto pretende contribuir mapeando a vertente marxista que atribui a crise à queda da taxa de lucro, bem como expor a crítica feita à aludida vertente. Todavia, antes de estudarmos a vertente de pensamento dessa escola, vale retomar alguns conceitos fundamentais da análise marxista, como composição orgânica, mais-valia, taxa de mais-valia, taxa de lucro, entre outros. Só então, na terceira seção, trataremos as abordagens que aplicam o conceito desenvolvido por Marx para explicar o fenômeno global. Na quarta seção abordaremos as críticas às interpretações da vertente aqui tratada e seguiremos para a quinta e última seção responsável por trazer as considerações finais.

2. A Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro.

Marx (1996[1867]) define a fórmula geral do capital como um processo em que o capitalista tem como objetivo empregar determinada quantia de dinheiro em um processo de produção, para dele extrair quantidade maior. Para isso, o capital combina os meios de produção com a força de trabalho, produzindo mercadorias que contém um nível de trabalho não pago, ou mais-valia, para levá-la à circulação e metamorfoseá-la em um montante maior de dinheiro que o empenhado.

O processo de acumulação capitalista segue à medida que essa quantia excedente de dinheiro é empregada na compra de mais meios de produção e força de trabalho para refazer o ciclo de extração de mais-valia.

Dessa forma, Marx define a massa de mais-valia como o produto da taxa de mais-valia com a massa de força de trabalho, ou capital variável. Assim, algebricamente, podemos escrever a taxa de mais-valia, ou a taxa de sobretrabalho produzida por um trabalhador, como a divisão da massa de mais-valia pelo capital variável ($m = \frac{M}{v}$).

Não obstante, pode-se deduzir - com base na conceituação da composição orgânica do capital como o resultado da divisão do capital constante pelo capital variável ($C_o = \frac{c}{v}$) - que a taxa de mais-valia será maior quanto maior for a composição orgânica do capital. Conforme aumenta a composição orgânica - a proporção do capital constante sobre o capital variável - mais o capitalista aumentará sua taxa de mais-valia, mantida a massa constante.

Essa dedução lógica deriva do fato de que atualmente um trabalhador em um meio de produção avançado tem a mesma produtividade antes obtida por três trabalhadores. Nessa conjuntura a taxa de mais-valia aumenta, ainda que a massa de mais-valia produzida por esse trabalhador permaneça inferior à massa de mais-valia antes produzida pelos três trabalhadores.

Sendo assim, Marx (1986[1894], p.30) argumenta: “já que num polo o preço da força de trabalho aparece transmutada na forma de salário, no polo antitético a mais-valia aparece na forma transmutada de lucro”. O custo de uma mercadoria, formado pela soma do capital constante e o capital variável ($p = c + v$), deve incidir sobre a taxa de lucro, diferindo-a da taxa de mais-valia. Isso acontece porque, na medida em que a taxa de mais-valia é obtida pela divisão da massa de mais-valia pelo capital variável, a taxa de lucro é calculada dividindo a massa de mais-valia pelo preço de custo ($l' = \frac{M}{c+v}$), também visto como o capital adiantado ao capitalista para a produção da mercadoria.

A mais-valia e sua taxa são fenômenos “invisíveis”, mas fulcrais para a análise do capitalismo, enquanto a taxa de lucro é a manifestação desses fenômenos em sua concretude. Assim, o capitalista individual buscará sempre ampliar o excedente extraído - a diferença entre o preço de venda e o valor da mercadoria.

Durante o seu processo de extração da mais-valia, o capital se evidencia e revela seu excedente como extraído através do capital variável. O lucro, por sua vez, trata de acobertar e mistificar essa relação do capital, pois, para calcular a taxa de lucro e obter o valor do excedente, é preciso levar em conta a massa da mais-valia extraída do capital adiantado. Porém, esse excedente, quando realizado em lucro³, na esfera da circulação, já metamorfoseado em dinheiro, não evidencia sua origem no capital variável, mistificando a relação capital-trabalho (MARX, 1986[1894]).

O capital, em seu processo de acumulação contraditório, tende, cada vez mais, a negar o trabalho vivo. O progresso técnico gerado na busca pela valorização vem no sentido de economizar trabalho, substituindo trabalhadores por máquinas. À medida que esse processo acontece, eleva-se a composição orgânica do capital. Assim, o trabalho vivo perde gradualmente espaço no capital global para o trabalho objetivado⁴.

Ora, com a queda do trabalho vivo (capital variável) relativamente ao trabalho objetivado (capital constante), cai também o trabalho vivo não pago em relação ao capital constante. Em suma, a mais-valia apresenta relação inversa com o capital global. Portanto, se a taxa de lucro está positivamente relacionada com a mais-valia e negativamente com o capital global, conforme destacado acima, o aumento da composição orgânica do capital implica numa queda na taxa de lucro, mantida constante a massa de mais valia.

Cabe destacar que a queda da taxa de lucro está, na visão de Marx, relacionada à redução do capital variável relativamente ao capital constante. Marx (1986[1894]) argumenta que, mesmo aumentando o número de trabalhadores, deve-se aumentar também a massa de capital constante, aumentando, assim, a massa de mais-trabalho e a massa de mais-valia. Conseqüentemente, pode-se ainda aumentar a massa de lucro. Porém, a taxa de lucro deve cair, “descontadas oscilações transitórias” (MARX, 1986[1894], p.167). Isso acontece porque as leis de acumulação e produção capitalista elevam, com a massa do capital global, o valor do capital

³ Para manter o foco do trabalho sobre o objeto de estudo proposto, evitaremos entrar no debate sobre o problema da transformação. Para um melhor tratamento deste debate ver Tavares (1978)

⁴ O capital global é tratado por Marx, como o capital adiantado ao capitalista no processo de acumulação. Tal capital é composto por trabalho vivo, na forma de força de trabalho, e trabalho objetivado na forma de capital fixo.

constante mais rápido que o capital variável. Dessa forma, ainda que a massa de lucro suba, pois há mais capital sendo investido, a taxa de lucro se reduz, uma vez que a proporção do capital variável cai em relação ao capital constante.

A queda relativa do capital variável se manifesta no aumento da composição orgânica, engendrando uma tendência de queda da taxa de lucro (considerando a massa de mais-valia constante), independentemente do movimento da massa de lucro. Porém, Marx (1986[1894]) questiona, de forma dialética, o motivo da dificuldade em se provar tal lei. A resposta, também de forma dialética, vem do fato de que a lei tendencial da queda da taxa de lucro é formada por fatores que não somente são capazes de propiciar essa tendência à queda, como também de gerar “forças contrariantes⁵”, que, segundo Marx (1986[1894], p.177) “cruzam e superam os efeitos da lei geral, dando-lhe apenas o caráter de uma tendência”.

Dentre essas forças contrariantes, Marx (1986 [1894]) destaca as seis mais genéricas. A primeira é a elevação do grau de exploração do trabalho. Apesar de seu nome ser autoexplicativo, para Marx, aumento da exploração significa o aumento das mais-valias relativa e absoluta⁶, permitindo aumentar a taxa desta com o mesmo número de trabalhadores constante na produção.

Uma vez que a massa de mais-valia é o produto da taxa desta mais-valia com a massa de capital variável, a única maneira de aumentá-la seria aumentar a taxa de mais-valia, uma vez que a massa de capital variável permanece constante, por hipótese. Entretanto, todo processo que busca aumentar essa taxa reduz o capital variável. Assim, o desafio do capital em deter a tendência de queda da taxa de lucro consiste em ampliar a taxa de mais-valia, aumentando, também, o capital variável relativamente ao capital constante.

Marx (1986 [1894]) também argumenta que as inovações, ao permitirem grau de exploração maior para o capitalista inovador, podem contrapor-se à queda na taxa de lucro. Porém, à medida que as inovações são imitadas, os custos de produção voltam a se igualar. Entretanto, existirão menos trabalhadores na linha de produção do que no período anterior, levando a um aumento da composição orgânica do capital, de forma que a tendência volte a derrubar a taxa de lucro.

⁵ Alguns trabalhos referem-se a essas forças como “contrarrestantes”, mas, em essência, elas continuam sendo as forças responsáveis por exercer um movimento oposto ao da queda da taxa de lucro.

⁶ A definição do conceito de mais-valia relativa e mais-valia absoluta fogem ao escopo deste trabalho, para maiores detalhes ver Marx (1996[1867]).

A segunda força contrariante destacada por Marx (1986[1894]) é a compressão dos salários abaixo do seu valor. Apesar de o autor destacar essa força como uma das mais fortes, ela se dá no nível da concorrência, por ele abstraída para formular uma teoria que pudesse ser geral. Assim, o autor não desenvolve muito as causas e efeitos da compressão salarial na taxa de lucro, tarefa essa desenvolvida por seus comentadores tratados na próxima seção.

Nesta seção, cabe ainda destacar que a mercadoria da força de trabalho é remunerada pelo seu valor de troca, obtido através do valor mínimo que garantirá sua reprodução. Quanto menor o valor de troca dessa mercadoria, maior será o sobre-trabalho gerado pelo trabalhador na produção. A compressão salarial pode atuar como força contrariante à tendência no sentido de aumentar a massa de mais-valia extraída dada uma composição orgânica constante. No entanto, a insuficiência dessa força em superar a tendência pode ser observada em análise dinâmica, em que períodos seguidos de precarização da mão-de-obra assalariada podem estagnar a renda por meio do problema de realização.

Se rompermos com a ideia de composição orgânica do capital constante, podemos entender melhor a terceira força contrariante: o barateamento dos fatores do capital constante. Com a expansão da massa de capital constante provocado pelo desenvolvimento tecnológico, o valor desse capital pode não acompanhar o ritmo e frear a queda na taxa de lucro (MARX, 1986[1894], p.179). As inovações produtivas introduzidas pelo avanço tecnológico, segundo Marx, poderiam frear a ampliação da composição orgânica, ao menos momentaneamente.

Caso o valor do capital constante reduza devido ao menor montante de trabalho objetivado nele contido, em um primeiro momento o capitalista conseguirá expandir a extração de mais-valia, mas não proporcionalmente à composição orgânica. Em termos de valor, o acréscimo do capital constante em volume seria compensado pela redução de seu valor de modo a não afetar a composição orgânica do capital. Contudo, resta saber se a capacidade da composição orgânica do capital permanecerá constante para os períodos seguintes à introdução dessa inovação. Marx (1986[1894], p.179-180) argumenta que o barateamento do capital constante seria capaz de, “sob certas circunstâncias”, desvalorizar o capital em operação, responsável por proporcionar os lucros, fazendo que a tendência à queda na taxa de lucro prepondere.

Marx (1986[1894]) sugere que o capitalista deveria enfrentar individualmente a questão de introduzir, ou não, uma inovação. Tal decisão deveria ponderar os lucros extraordinários obtidos até que a concorrência imite a inovação, com a desvalorização do capital detido por

esse capitalista, que se tornará obsoleto. Diante disso, a construção lógica da queda da taxa lucro, dada uma desvalorização do capital constante, fica evidente na medida em que essa taxa é calculada como proporção da rentabilidade obtida sobre o valor do capital constante.

Dessa forma, chegamos à quarta força contrariante: a superpopulação relativa. Em regimes capitalistas desenvolvidos, a superpopulação seria um fenômeno recorrente que se manifestaria através do crescimento da população local por conta da urbanização e dos avanços tecnológicos. Esse processo seria responsável por comprimir o valor da força de trabalho e sustentar ramos de produção insustentáveis aos valores salariais históricos (MARX, 1986[1894], p.180).

Observe que, ao contrário do pensamento smithiano e malthusiano, a superpopulação relativa não seria causada por um pagamento salarial acima do nível de subsistência, mas, sim, por avanços tecnológicos e pela urbanização, responsáveis por propiciar uma vida mais longa ao trabalhador. Consequentemente, uma população abundante reforçaria o exército industrial de reserva de mão-de-obra, o que, na ausência de sindicatos e forças de resistências salariais, implicaria em uma queda do valor da força de trabalho, que, a seu turno, cederia à pressão sobre a oferta.

Outro efeito seria a sustentação da taxa de lucro através da abertura de novos ramos de produção. Marx (1986[1894], p.180) destaca o exemplo do ramo de consumo de bens de luxo. Além de pressionar os salários, essa superpopulação seria capaz de sustentar ramos de produção insustentáveis aos níveis salariais históricos. Essa expansão do mercado consumidor e a compressão do valor da força de trabalho estão também presentes na quinta força contrariante: o comércio exterior.

Marx (1986[1894], p.180-181) argumenta que o comércio exterior é capaz de baratear o custo de vida do trabalhador através dos bens importados de países com produtividade maior. Se a superpopulação relativa não manifestar-se dentro das fronteiras de uma nação, a queda de suas barreiras poderá provocar efeitos semelhantes à superpopulação, ao permitir ao país importar produtos básicos suficientes para a reprodução da força de trabalho a níveis inferiores. Como dito anteriormente, o valor de troca da força de trabalho é baseado nos custos necessários à sua reprodução. Portanto, a expansão do comércio internacional seria capaz de ensejar compressão do valor de troca da mercadoria em questão, ampliando a extração de mais-valia.

O resultado da queda de barreiras ao comércio exterior também é amplamente discutido pelos comentadores de Marx tratados na próxima seção. Vale destacar nesta seção que, nessa

situação, os países terão sua produtividade balizada pela maior produtividade internacional. Portanto o caráter antagonista do capital é exportado do país em que o trabalho é subvalorizado. Além disso, o comércio exterior é capaz de impulsionar o processo de acumulação, dando-lhe maior escala através da abertura de novos mercados. Se antes a negação do trabalho encontrava limites no problema de realização da mais-valia, agora a produção excedente pode ser realizada em mercados externos, pressionando o país estrangeiro a elevar sua produtividade.

Por fim, a sexta e última força refere-se à expansão do capital por ações. O capital invertido em ações e pago sob a forma de dividendos não é contabilizado na taxa de lucro descrita por Marx, pelo fato de não se extrair mais-valia dele. No entanto, Marx (1986[1894], p.182-183) argumenta que as empresas possuidoras de capital em ações costumam ser as mais produtivas e intensivas em capital. Sendo assim, se o lucro pago sob a forma de dividendo fosse contabilizado, derrubar-se-ia ainda mais a taxa de lucro.

Repare que o principal problema desta última força não é a queda da taxa de lucro em si, que pode até aumentar, mas, sim, o destaque dado por Marx (1986[1894]) ao referir-se à taxa de lucro. Esta deve ser entendida como a taxa de lucro acumulada, que retornaria ao processo de acumulação na forma de investimento produtivo. Por um lado, esse processo poderia conter a queda na taxa de lucro ao evitar excesso de produção que tornaria o capital abundante a ponto de reduzir sua rentabilidade. Por outro lado, Marx (1986[1894]) sustenta que essas empresas teriam como característica possuir nível tecnológico maior que as pequenas e médias empresas, culminando em um volume de capital constante maior que o variável, o que intensificaria a queda da taxa de lucro conforme tratado nesta seção.

Os autores tratados na próxima seção não concentram a causa da Grande Recessão na última força tratada, porém eles a discutem de forma mais detalhada, esforçando-se para interpretá-la no sistema como está hoje.

3. A Grande Recessão como Fruto da Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro.

O crescimento da economia liderado pelo investimento em capital constante encontra limites na abundância dessa forma de capital, que, quando se manifesta, reduz a rentabilidade. A expansão de investimentos em capital constante eleva a composição orgânica do capital e reduz a taxa de lucro, conforme destacado na seção anterior. O processo de acumulação pode atingir níveis aos quais o volume da capital investido é desproporcionalmente maior que a quantidade de trabalho vivo (capital variável) por ele movimentado, resultando em baixa rentabilidade.

Quando a taxa de lucro atingisse níveis reduzidos a ponto de não incentivar novos investimentos, uma crise capitalista formar-se-ia e expulsaria, através da competição entre capitais, os capitais excedentes e ensejaria novo ciclo de acumulação (KLIMAN, 2009, p.1), na medida em que a abundância do capital fixo, ao diminuir a rentabilidade do capital, não incentivaria novos investimentos o bastante para continuar o ciclo de acumulação. Assim, a crise funcionaria como uma forma de “seleção natural”, liquidando o capital excedente e tornando o capital sobrevivente suficientemente rentável para sustentar novo ciclo de acumulação.

O processo de expansão do capital, durante anos incentivado através do gasto bélico, encontrou limites nos anos 1970 quando a taxa de lucro atingiu níveis historicamente baixos. No entanto, com a Grande Depressão dos anos 1930 ainda em mente, o governo americano agiu imediatamente para evitar uma destruição do capital a ponto de provocar o desemprego e a depressão verificados na década de 1930 (KLIMAN, 2009, p.2). Choonara (2009) sustenta que, com o processo de concentração e centralização⁷, a competição já não era mais capaz de eliminar o capital excedente, uma vez que tal eliminação representaria um risco sistêmico de falências.

Quando poucas empresas movimentam uma grande quantidade de capital, a destruição deste pode provocar a falência de uma empresa fulcral para a manutenção do fluxo de pagamentos. Na ausência dessa empresa, ou dos trabalhadores empregados por ela, o fluxo de pagamentos pode ser interrompido e impossibilitar outras empresas de continuar produzindo, ou até mesmo gerar um problema de realização⁸ para o capital sobrevivente. Observe que o argumento não é o subconsumo, que seria possível consequência, mas, sim, o excesso de capital impedindo a restauração das taxas de lucro do setor produtivo.

Essa destruição incompleta do capital durante os anos 1970 foi determinante para o processo que ocorreu a partir da década de 1980. Sem a restauração da lucratividade através da destruição de capital, a economia ficou condenada a anos de baixa taxa de crescimento até que

⁷ Diferente dos clássicos Smith e Ricardo, Marx (1996[1867], p.65) entende a concentração e acumulação como um caminho natural que levará o capitalismo da livre concorrência ao capitalismo dos monopólios. Enquanto o primeiro processo (concentração) é responsável por crescer os capitais individuais com “superlucros”, o segundo o processo (centralização) é caracterizado pela fusão e aquisição das empresas, redistribuindo a renda entre a classe capitalista.

⁸ A mais-valia extraída na esfera da produção precisa ser realizada na esfera da circulação para ser revertida em lucro. Caso esse processo não aconteça, a economia estará com problemas de realização (de mais-valia). É importante destacar que tal divisão se restringe à análise abstrata. Tavares (1978, p.55) enfatiza que “A ‘separação’ das órbitas equivale ao movimento de abstração que permite [...] espalmar a articulação concreta, sem a qual seria inteligível o lucro”.

as dívidas assumidas durante o período de *boom* fossem diluídas pelas empresas. Com exceção da China, a taxa anual de crescimento médio do produto per capita do período de 1973-2003 foi inferior àquela do período de 1950 a 1973 para todos os demais países (KLIMAN, 2009, p.3). A letargia do crescimento foi provocada pela destruição incompleta do capital, uma vez que impediu a restauração das margens de lucro.

Com anos de crescimento econômico em queda, surgiu um movimento financeiro de desregulação e liberalização financeira global. Ao longo das décadas após a estagnação dos anos 1970, o capital portador de juros reassumiu gradualmente seu papel preponderante ao se desvencilhar das regulações que o limitava. Os movimentos de desregulação e descompartimentalização do mercado financeiro nacional e internacional foram essenciais para que o capital adquirisse a liberdade *de jure* para migrar em busca de ganhos financeiros por todo o globo (ROBERTS, 2016b, p.63).

A desregulação ampliou o papel do capital fictício através do processo de emissão de dívida privada, em que as empresas não financeiras passaram a emitir títulos direto no mercado para se financiar. Se antes as empresas precisavam recorrer ao crédito bancário para financiar seus projetos, com a liberalização, as empresas puderam emitir títulos como forma de arrecadar fundos para o financiamento.

Não tardou até que esse processo levasse a uma parcial⁹ substituição do crédito bancário, quando os bancos comerciais reduziram suas carteiras de crédito às empresas e passaram a funcionar como intermediários financeiros, incorporando a função dos bancos de investimentos. Com as concorrências interbancária e entre formas de financiamento, os bancos são pressionados a utilizar a financeirização de dívida como meio de expandir seus negócios. McNally (2009, p.61) define a securitização como um processo no qual os bancos, após terem concedido o crédito, reúnem em uma “*tranche*” financeira uma gama de diferentes dívidas a receber e a negociam no mercado secundário como se fossem ativos financeiros líquidos.

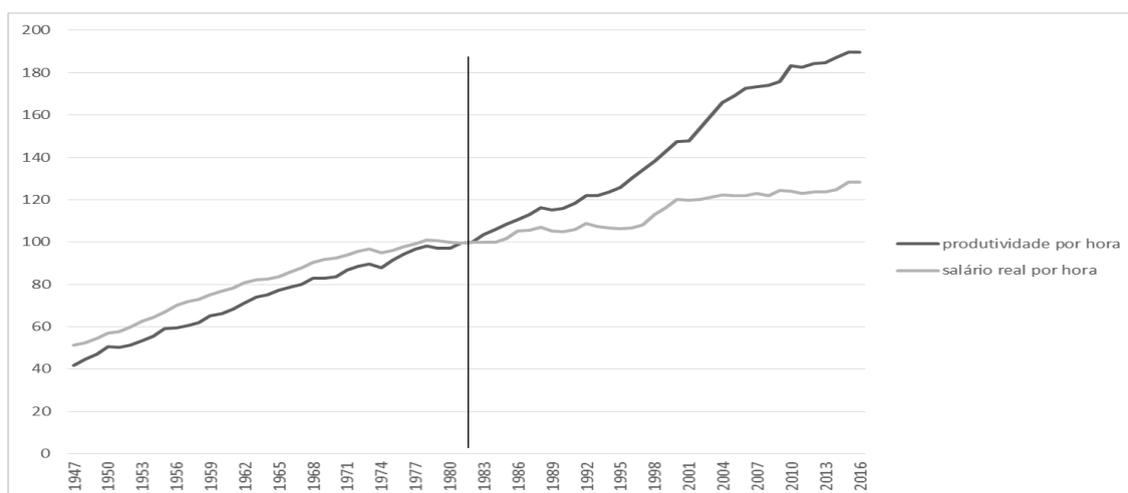
Paralelamente ao movimento de desregulação financeira, o quarto de século anterior à Grande Recessão também presenciou movimento de deterioração das relações trabalhistas. Isso se manifestou com os salários reais crescendo abaixo do crescimento da produtividade, o que

⁹ Toporowski (2016) concorda com muitos pontos desenvolvidos por essa linha de pensamento. No entanto, ele busca qualificar um pouco mais essa questão da emissão de dívida privada. Para ele, o financiamento através de emissão de títulos no mercado só era possível para as empresas de grande porte. Enquanto que as empresas de médio e pequeno porte, apesar de serem as responsáveis pela maior parte da massa de emprego, ainda estavam dependentes do financiamento bancário.

aumentou a taxa de exploração e, conseqüentemente, ampliou a extração de mais-valia (SHAIKH, 2011, p.49)¹⁰. O impacto dessas políticas de compressão salarial sobre a taxa de lucro determina a tendência desta última, pois, como destacado na seção anterior, o crescimento da extração de mais-valia é força contrariante já destacada por Marx (1986[1894], p.177-178).

Segundo McNally (2011, p.50), o investimento no leste-asiático em meados dos anos 1980 e na década de 1990 se utilizou da divisão internacional do trabalho para explorar a mão-de-obra barata de alguns países asiáticos, como a China e Taiwan, a fim de reduzir os seus custos e ampliar as margens de lucro. Contudo, os efeitos não se restringiram aos países asiáticos, pois a remuneração real americana por hora cresceu abaixo da produtividade por hora a partir de 1983, com a competição internacional, como mostra a figura 2. Nos anos mais recentes, a diferença entre produtividade e remuneração veio aumentando sistematicamente.

Figura 2 – Produtividade e Remuneração Real por Hora nos EUA (1982=100).



Esse processo de divisão internacional do trabalho permitiu a extração de mais-valia, ao passo que reduzia os gastos com a força de trabalho, possibilitando o crescimento do salário real abaixo da produtividade. A redução do gasto com a força de trabalho é o meio mais simples e nítido de tentar reverter o processo de queda da taxa de lucro do setor produtivo.

Uma vez que boa parte das empresas passou a produzir no leste-asiático por conta da mão-de-obra mais barata, o investimento em capital fixo nessa região cresceu sistematicamente, tornando necessário escoar a produção para o resto do mundo. A saída encontrada pelos países

¹⁰ Os argumentos de Shaikh levantados neste trabalho, são ecoados e corroboram com a vertente aqui tratada. No entanto, é necessário advertir ao leitor que o autor costuma tratar a queda da taxa de lucro líquido diferindo-a da taxa de lucro convencional tratada por Marx no livro III. A taxa de lucro líquida é a taxa de lucro abatida dos custos financeiros. Portanto, para Shaikh (2011) a taxa de lucro líquido pode cair por conta da elevação da composição orgânica ou por aumento da taxa de juros, desde que aumente o serviço da dívida.

asiáticos foi a expansão das exportações a países com maior capacidade de financiar o consumo. Assim, superávits comerciais asiáticos foram obtidos através de déficits crescentes no balanço de pagamento dos EUA. McNally (2009) sugere que os EUA usufruíram de sua condição de emissor da moeda chave do sistema financeiro internacional para financiar tal déficit através de baixas taxas de juros (principalmente a partir de 2001), agindo como “consumidor de última instância do mundo” (MCNALLY, 2009, p.63). O crescimento das importações de produtos asiáticos, ainda que em menor grau, também contribuiu para amenizar a tendência de queda da taxa lucro no período recente. Como Marx (1986[1894], p.180-181) destacou, o comércio exterior também funciona como força contrariante.

A queda do salário real e a deterioração da força de trabalho contrastam com o crescimento do consumo familiar, possibilitado, principalmente, pelo endividamento das famílias norte americanas. Com a desregulação financeira e a emissão direta de dívida empresarial, o crédito ao consumo fornecido às famílias virou o principal alvo dos bancos. Enquanto a taxa de serviço das dívidas para as famílias cresceu drasticamente a partir de 1982, a taxa de juros caiu durante todo o período (SHAIKH, 2011, p .53). Essa diferença crescente entre a taxa de serviço da dívida e a de juros era a fonte do lucro ascendente do setor financeiro (SHAIKH, 2011).

A preponderância das finanças em vez da produção foi capaz de obstaculizar o surgimento de uma crise de superprodução, uma vez que o crédito às empresas e aos consumidores pôde superar a dificuldade do capital em realizar a mais-valia extraída¹¹ (CHOONARA, 2009). A exploração internacional da mão-de-obra foi condição necessária para ampliar a extração de mais-valia, mas não suficiente para resgatar a lucratividade. Era necessário, também, garantir que essa mais-valia extraída fosse realizada no âmbito da circulação para que não provocasse crise de realização por conta da superprodução de capital. Tal garantia se concretizou por meio do endividamento das famílias americanas.

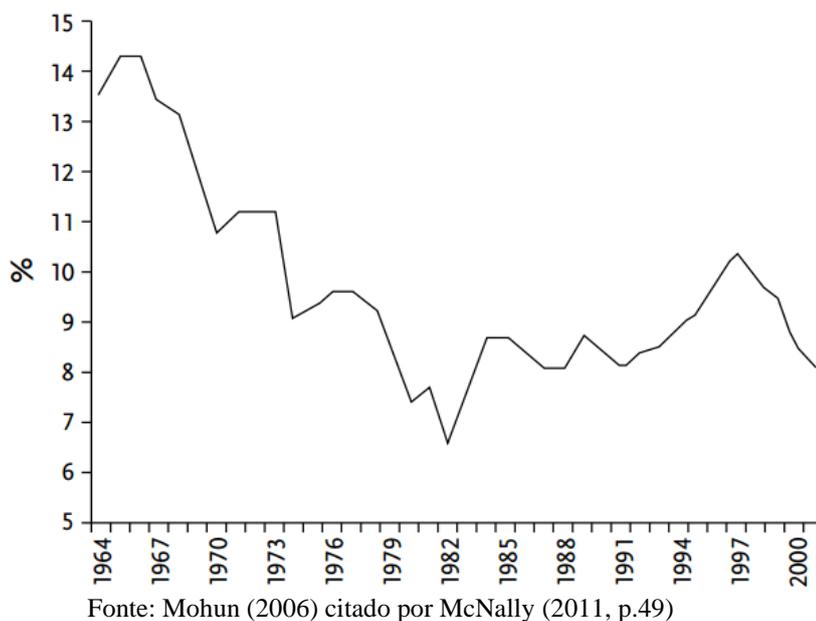
Fica evidente, portanto, que as finanças contribuíram à tentativa de resolver o problema de realização, através do crédito ao consumidor, e de elevar a lucratividade, através dos ganhos com capital fictício. Nesta, verificou-se arrocho dos salários reais em relação à produtividade. Tanto o movimento das finanças como o arrocho salarial foram meios de conter a baixa

¹¹ Para Kliman (2011) o processo de arrocho da mão-de-obra começou ainda antes da década de 1980. Enquanto que para McNally (2009) a financeirização só se dá após 1997, quando a bolsa de valores cresce acima do crescimento do produto. Portanto, a cronologia não é uma unanimidade entre os autores marxistas, porém, os argumentos centrais permanecem.

rentabilidade do capital, redirecionando-o, em boa medida, para os lucros financeiros via a compra de papéis no mercado secundário.

O resultado desses dois movimentos combinados é apresentado por McNally (2011, p.49) e pode ser visto na figura 3, obtida diretamente dos resultados apresentados no trabalho empírico de Mohun (2006), posteriormente, citado por (McNally, 2011, p.49).

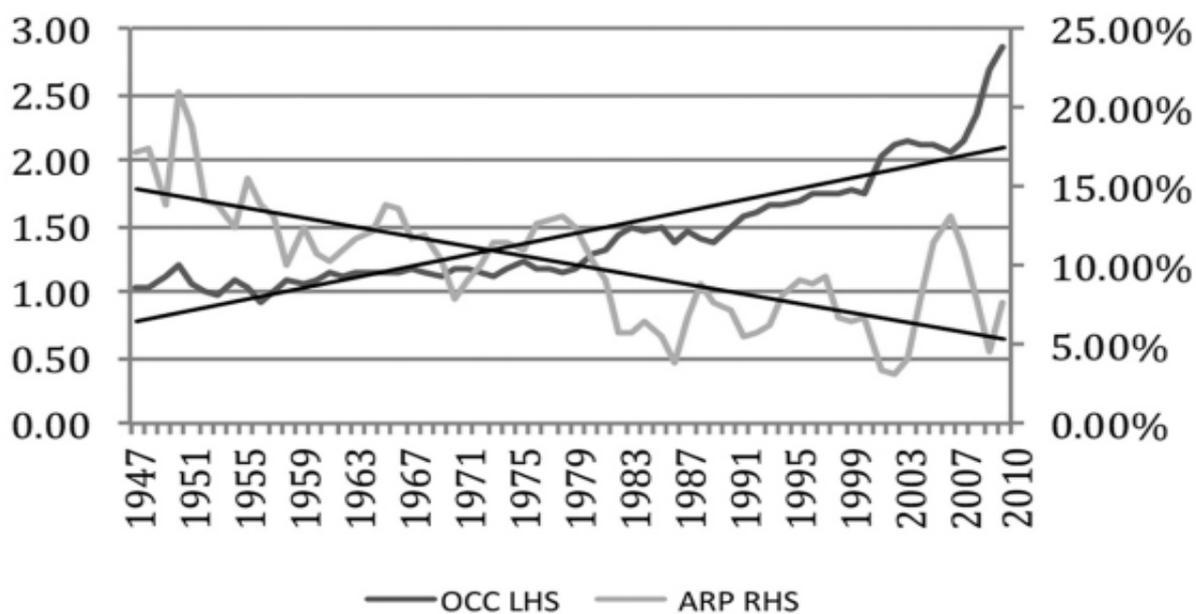
Figura 3 – Taxa de Lucro pré-Imposto nos EUA , 1964-2001.



No gráfico acima, identifica-se tendência de queda da taxa de lucro até o início dos anos 1980, revertida no período entre 1982 e 1997 e retomada após a crise das empresas ponto-com em 2000, graças ao movimento das finanças combinado com o aumento da extração de mais-valia, conforme destacado nos parágrafos acima.

Para que a taxa de lucro testemunhe a favor da teoria de Marx (1866[1894]), não basta que ela apresente movimento decrescente, é necessário que a composição orgânica mova-se no sentido oposto. Carchedi (2016, p.497), a seu turno, defende que o movimento sugerido por Marx (1866[1894]) pode ser comprovado empiricamente quando medimos a média da composição orgânica do capital (OCC, na sigla em inglês) e a média da taxa de lucro (ARP, na sigla em inglês), como destacado na figura 4.

Figura 4 – Média da Composição Orgânica do Capital e da Taxa de Lucro nos EUA 1947-2010.



Fonte: Carchedi (2016, p.497)

Em uma análise estatística, Carchedi (2016, p.496) sugere existir um índice negativo de correlação de 0,58¹² entre a taxa de lucro e a composição orgânica do capital conforme a figura apresentada acima. A figura 4 evidencia o resultado empírico de Carchedi (2016), mostrando sentidos opostos da composição orgânica do capital e da média da taxa de lucro.

No entanto, o gráfico mostra o movimento do lucro, mas sem desagregá-lo de acordo com sua origem. Carchedi (2016, p.511) usa o artifício de desagregar o lucro total em lucro produtivo (oriundo da esfera produtiva, capaz de gerar mais-valia) e financeiro (oriundo da esfera financeira e incapaz de gerar mais-valia) para demonstrar o crescimento deste no período entre 1988 e 2005, em velocidade maior do que o lucro do setor produtivo.

Uma vez que o capital fictício depende da valorização dos preços dos ativos financeiros para obter seus ganhos, maior será sua rentabilidade quanto maior for a demanda por esses ativos financeiros no mercado. A lógica de oferta e demanda por um papel determinará o valor de negociação deste papel. Se um ativo financeiro sofrer pressão do lado da demanda, ele aumentará a rentabilidade do agente detentor e vice-versa.

¹² Esse índice aponta para a correlação entre duas variáveis. Quanto mais perto de 1, mais correlacionadas essas variáveis estão.

Conforme o capital realizava suas expectativas de lucros na esfera financeira, dada a livre mobilidade de capital, mais capitais demandaram os ativos financeiros, gerando ciclo vicioso de valorização. Em outras palavras, à medida que se expandia a demanda por um ativo, seu detentor obtinha ganho financeiro suficiente para atrair novos agentes para esse mercado, inflando ainda mais o preço desse ativo. Esse processo permitiu que o capital financeiro gozasse de alta rentabilidade que diminuiu a atratividade dos retornos do setor produtivo.

Em uma construção lógica, podemos mostrar que caso tenha de escolher entre uma taxa de lucratividade menor, com crescimento constante (através de lucros produtivos) e uma lucratividade maior, mas com baixa produtividade e crescimento instável (através do capital fictício), esta segunda opção será sempre mais atraente, pois, ainda que todos capitalistas estejam na primeira situação, eles se sentirão induzidos a usar as finanças para obter lucros maiores.

Carchedi (2016, p.511) salienta que um crescimento do lucro financeiro mais rápido que o crescimento do lucro produtivo, como aconteceu até 1999, já indicaria risco financeiro. No entanto, um montante do lucro financeiro maior que o produtivo, como ocorreu entre 2000 e 2004, sinalizaria a eminência de um desastre. Essa competição entre os setores produtivo e financeiro foi desvantajosa para a economia, na medida em que fez o capital migrar da esfera produtiva para a financeira. Logo, a crise seria fruto da incapacidade do setor produtivo em acompanhar a rentabilidade do setor financeiro (CARCHEDI, 2016, p.514).

Podemos perceber que a interpretação da vertente aqui tratada enxerga a Grande Recessão como resultado de um enfrentamento momentâneo da queda da taxa de lucro do setor produtivo por intermédio de tal expansão do crédito, que se engendrou uma bolha de dívidas impagáveis. A seção seguinte mostrará o debate sobre a monocausalidade da crise e a validade dos argumentos expostos pela vertente desta seção.

4. O Debate Sobre a Monocausalidade das Crises Capitalistas.

Na seção anterior, tratamos de linhas de pensamentos de autores que atribuem a Grande Recessão à queda da taxa de lucro. Tais autores defendem a “monocausalidade” das crises no capitalismo. Roberts (2016b) salienta que, para Marx, a única teoria sobre crises, seria a baseada na lei tendencial. Portanto, ao se negar tal teoria, estaria afirmando que Marx não teria nenhuma teoria sobre crises, pois, se a crise não tem apenas uma causa, mas diversas, como argumentar a recorrência “da crise”, senão a ocorrência de “diversas crises”? O autor argumenta que atribuir

a Grande Recessão a fatores particulares antecedentes seria aceitar que tais fatores poderiam ser evitados, negando o processo contraditório do capitalismo.

Autores como Foster e Magdoff (2009) e Toporowski (2016) preferem adotar postura menos conflituosa no debate sobre a monocausalidade ao formularem suas teorias sobre a crise independentemente do movimento da taxa de lucro, sem negar seu movimento decrescente, mas, também, sem tratá-lo como determinante para a gestação da Grande Recessão.

Outra leitura sobre a crise também pode ser encontrada nos textos dos autores franceses Duménil e Lévy (2011). Os autores defendem que existe uma LTQTL, mas negam que a Grande Recessão tenha sido fruto dessa lei ou de algum tipo de problema de demanda, senão manifestação de um problema inerente à estrutura do capitalismo atual, em que uma nova forma de conflito de classes perturba o processo de acumulação.

Em uma posição mais conflituosa com a teoria marxista de queda da taxa de lucro, David Harvey defende que a estrutura oligopolista impede a queda da taxa de lucro. Harvey (2011, p.7) argumenta que a principal preocupação de Marx em *O Capital* era expor o movimento do capital, focando sua análise na produção e realização da mais-valia. Para isso, Marx abstraiu, segundo o autor, as “particularidades da distribuição” que poderiam contaminar a atemporalidade de sua análise (*e.g.* lucros, impostos, rendas, salários e concorrência). Por um lado, isso permite uma leitura atemporal do autor, mas, por outro, exige um trabalho de interpretação ao aplicar a teoria marxista ao capitalismo contemporâneo. Em outras palavras, para aplicar os conceitos de Marx na leitura do capitalismo contemporâneo, é necessário enriquecer a análise com uma leitura em um sistema monopolista, financeirizado e com salários comprimidos.

Para Harvey (2016), quando autores marxistas ignoram o efeito das finanças, do crédito e dos juros em suas análises, estão também ignorando o papel da financeirização na Grande Recessão, portanto estão cometendo erro de interpretação da teoria marxista, fato que Harvey considera grave¹³. O erro consistiria em negar os efeitos das características do capitalismo contemporâneo na gestação da Grande Recessão e insistir na monocausalidade.

¹³ Callinicos e Choonara (2016) não parecem negar o papel das finanças; pelo contrário, eles reiteram o papel das finanças como sendo capaz de adiar e intensificar a crise oriunda da queda da taxa de lucro, como toda crise do capitalismo.

Segundo Harvey (2016, p.40), Marx já destacara a importância das finanças, uma vez que, no livro III de O Capital, o próprio autor clássico se refere às crises de 1848 e 1857 como “crises comerciais e financeiras”. Assim sendo, ele admite, segundo Harvey (2016, p.40), que a LTQTL não seria a única causa possível de crises capitalista.

Para Harvey (2016), os marxistas costumam subestimar as forças contrariantes às quais Marx se refere no Livro III, citadas nesse trabalho. Conforme o autor, a concentração e centralização do capital formariam um poder de monopólio, que, juntamente com o barateamento do capital fixo provocado pelo crescimento da produtividade, impediriam a taxa de lucro de cair nas últimas décadas. O aumento da produtividade poderia derrubar o valor do capital constante, pois aumentaria o investimento e levaria o capitalista a ampliar a produção, contratando mais trabalhadores e, assim, impedindo que a taxa de lucro caísse.

O argumento desenvolvido por Harvey (2016) é que crises poderiam ocorrer tanto em períodos de deterioração das condições da força de trabalho quanto em períodos em que os trabalhadores estivessem ganhando poder de barganha na relação capital-trabalho. O autor conclui que a LTQTL seria uma possibilidade, mas não verdade absoluta. Harvey (2016, p.45) afirma, então, que “*Marx’s theory of the falling rate of profit should itself be treated, I conclude, as a contingent rather than a definitive proposition*”.

Outra crítica de Harvey (2016) às teorias apresentadas neste texto é em relação aos dados que mostrariam a queda da taxa de lucro. Por um lado, o fato de a taxa de lucro estar caindo não comprovaria a teoria de Marx, pois isso poderia ocorrer por diversos fatores históricos que não o aumento da composição orgânica do capital. Por outro lado, Harvey considera um erro teórico gravíssimo tentar calcular a taxa de lucro com base nos bancos de dados atuais, uma vez que Marx formula o conceito de taxa de lucro em termos de valor, enquanto as variáveis disponíveis para o cálculo são auferidas em termos monetários. Assim, o erro metodológico estaria no fato de que o preço monetário não é uma unidade de medida de valor na teoria marxista, mas apenas sua representação fenomênica.

Quando autores como Carchedi (2016) ou Roberts (2016a, p.55) traçam um panorama gráfico da tendência da taxa de lucro, estão trabalhando com valores monetários, na maioria das vezes em dólares. Porém, quando Marx (1986[1894], cap.13) desenvolve sua teoria, trabalha com argumentos em termos de valor. Assim, os dados apresentados nos gráficos que mostrariam a queda na taxa de lucro só comprovariam a teoria marxista se o autor pressupusesse a equivalência entre preços (medidos em termos monetários) e valor (medido em termos de

trabalho). Uma vez que tal equivalência reduziria a análise marxista à ricardiana, Harvey (2016) os acusa de inconsistência teórica grave.

Portanto, além dos autores já tratados nas seções anteriores que enxergam a Grande Recessão como fruto da LTQTL, existem os que explicam o evento sem destacar a importância de tal lei e os que buscam comprovar a inexistência desta. O debate traçado nessa escola é inquestionavelmente rico e está longe de encontrar solução singular.

5. Considerações Finais.

Tendo a Grande Recessão como pano de fundo, os autores marxistas retomaram ao conceito canônico de queda da taxa de lucro para buscar compreender o fenômeno recessivo. De tempos em tempos a teoria de Marx é revisitada na esperança de extrair explicação para um evento concreto. A justaposição da teoria da LTQTL à Grande Recessão requereu de seus interpretes um esforço no sentido de apontar as forças contrariantes que entraram em ação e intensificaram os desequilíbrios expostos a partir de 2007.

O debate mapeado neste trabalho colocou luzes sobre autores que defendem a monocausalidade das crises capitalistas, alegando que a Grande Recessão seria crise resultante da queda da taxa de lucro, porém intensificada pelo capital fictício. De acordo com essa abordagem, o evento que teve início em 2007, na verdade, já estava posto em 1980, quando a taxa de lucro assumiu níveis em que tornariam inviável a reprodução do capital. No entanto, as finanças, na forma de força contrariante à lei tendencial, possibilitaram uma nova forma de lucratividade que sobrepôs à baixa lucratividade produtiva e ensejou uma bolha de capital fictício, responsável por intensificar os efeitos recessivos.

O quadro 1, a seguir, resume as interpretações dos autores que engendraram pela análise da Grande Recessão como resultado da queda da taxa de lucro.

Quadro 1 – Autores Marxistas que Tratam a Grande Recessão como Resultado da Queda da Taxa de Lucro.

Anwar Shaikh	Parte da definição da queda da taxa líquida de lucro para afirmar que, desde o final dos anos 1980, os baixos níveis da taxa de juros e dos salários inflaram uma bolha financeira que compensava a queda do lucro produtivo. Porém, quando o pagamento de serviços da dívida se acelerou após a crise em 2000, a inadimplência revelou o efeito camuflado da contração dos salários culminando na Grande Recessão.
David McNally	A crise é fruto de uma tendência de queda da taxa de lucro e da concentração de renda no período neoliberal. A partir de 1997, o crescimento das finanças camuflou a crise de superprodução provocada

	pelos desequilíbrios reais. Com a explosão do crédito nos anos 2000, a bolsa cresceu numa velocidade maior que os lucros reais, configurando a formação de uma bolha especulativa, fruto de um "desequilíbrio global" que retirou a capacidade das finanças em adiar a crise.
Andrew Kliman	A intervenção do governo na crise dos anos 1970 impediu a destruição de capital necessária para a restauração da taxa de lucratividade. Como resultado, a taxa de lucro efetiva não conseguiu mais superar a taxa de lucro de longo prazo, que já era baixa, provocando um longo período de baixo crescimento. Para estimular a economia, o governo promoveu o acesso ao crédito, fomentando boom especulativo, que culminou na Grande Recessão.
Choonara (International Socialism)	A intervenção estatal na crise dos anos 1970 impediu que o capital restaurasse a lucratividade por se deparar com um sistema produtivo centralizado e concentrado. As finanças atuaram na expansão do crédito e da rentabilidade financeira para compensar a falta de lucratividade produtiva. As finanças ampliaram o capital fictício, capaz de retardar crises, mas ao preço de gerar dívidas impagáveis, que resultaram em crise de maior magnitude.
Carchedi	Mediante abordagem empírica, desenvolve seu argumento em favor da lei tendencial da queda da taxa de lucro proveniente de movimentos opostos da composição orgânica do capital – estimulada pelas inovações tecnológicas - e da taxa média de lucro. Desagrega a taxa de lucro em produtivo e financeiro para defender que a queda na taxa média de lucro é puxada pela taxa de lucro do setor produtivo, incapaz de acompanhar a velocidade do crescimento da taxa de lucro financeira, criando, assim, uma bolha de ativos financeiros
Roberts	A crise é resultado da queda da taxa de lucro, que, a partir de 1980, é compensada pelo lucro financeiro, mas incapaz de deter a crise. Sua maior contribuição está na análise dos ciclos econômicos que duram entre 16 e 18 anos. A Grande Recessão representa uma crise de proporções raras que só acontecem quando a taxa de lucro (já em um baixo nível) cai simultaneamente ao preço dos ativos financeiros.

Em suma, os argumentos dos autores desta tabela são que o aumento da composição orgânica reduziu gradualmente a taxa de lucro até os 1970, conforme apontado na seção 3. Na iminência de uma nova crise e com a Grande Depressão dos anos 1930 ainda em mente, o gasto governamental foi utilizado para evitar a derrocada do emprego e renda. Com a composição orgânica em movimento ascendente e a taxa de lucro em movimento descendente, uma crise seria inevitável.

Com obstáculos freando a necessária destruição de capital, este encontrou nas finanças, a rentabilidade necessária para compensar a baixa taxa de lucro do setor produtivo. Com um mecanismo próprio de valorização, as finanças tornaram-se fonte alternativa de lucro e minaram o processo de acumulação produtivo. Nessa conjuntura, durante décadas, as finanças conseguiram garantir a rentabilidade necessária para a reprodução do capital, porém,

engendrando uma lógica de valorização baseada em capital fictício. Tal lógica seria a responsável por intensificar os desequilíbrios e diferenciar a magnitude da Grande Recessão das demais crises até então.

Enquanto a monocausalidade das crises capitalistas foi defendida pelos autores tratados na seção 3 do trabalho, a seção 4 apresentou uma visão crítica. Autores como Harvey (2011), Duménil e Lévy (2011) dentre os demais citados naquela seção, não atribuem a Grande Recessão à queda na taxa de lucro, argumentando, assim, no sentido da inexistência de uma monocausalidade de crises. Para estes autores, a causa da Grande Recessão pode estar ligada à exacerbação da hegemonia americana [ver Duménil e Lévy (2011)], ou à preponderância da lógica financeira [ver Harvey (2011)]. No entanto, a queda da taxa de lucro é absolvida como causa do desastre global que teve início em 2007.

O presente texto espera ter contribuído no sentido de mapear a vertente marxista que atribui a crise à queda da taxa de lucro, bem como expor a crítica feita à aludida vertente. Sugerimos para textos posteriores, o necessário e importante trabalho de mapear as vertentes que não tratam a Grande Recessão como fruto da queda da taxa de lucro. Entre outros autores marxistas cabe ressaltar os importantes trabalhos realizados por Bellofiore (2011), Blackburn (2008), Gowan (2009), dos Santos (2009), Lapavistas (2011) e Mollo (2011). Tais autores não tratam diretamente do debate sobre a queda na taxa de lucro, mas apresentam importantes interpretações sobre a Grande Recessão, contribuindo com argumentos como a financeirização e o papel preponderante do capital fictício, agindo como uma lógica independente de valorização.

Referências

BELLOFIORE, Riccardo. Crisis Theory and The Great Recession: A Personal Journey, From Marx to Minsky. In: Zarembka, Paul; Desai, Radhika (Eds.). **Revitalizing Marxist Theory for Today's Capitalism**. Bingley: Emerald. p. 81-120, 2011.

BLACKBURN, Robin. The Subprime Crisis. **New Left Review**, v.50, n.2, p.63-106, 2008.

CALLINICOS, Alex; CHOONARA, Joseph. How Not to Write About the Rate of Profit: A Response to David Harvey. **Science & Society**, v.80, n.4, p.481-494, 2016.

CARCHEDI, Guglielmo. Was the Great Recession a Crisis of Profitability? **Science & Society**, v.80, n.4, p.495-514, 2016.

CHOONARA, Joseph. Marxist Accounts of the Current Crisis. **International Socialism**, v.123, p.1-22, 2009.

- CLARKE, Simon. **Marx's Theory of Crisis**. New York, NY: St. Martin's Press, 1994.
- DOS SANTOS, Paulo L. **At the Heart of the Matter: Household Debt in Contemporary Banking and the International Crisis**. London: School of Oriental and African Studies. 2009. (Texto para discussão, n.11).
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **The Crisis of Neoliberalism**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2011.
- FOSTER, John Bellamy; MAGDOFF, Fred. **The Great Financial Crisis: Causes and Consequences**. New York: Monthly Review Press, 2009.
- GOWAN, Peter. Crisis in the Heartland. **New Left Review**, v.55, n.2, p.5-29, 2009.
- HARVEY, David. The Urban Roots of Financial Crises: Reclaiming The City for Anti-Capitalist Struggle. In: Panitch, L., Albo, G., & Chibber, V. (2011) (Eds.). **The Crisis and the Left**. New York: Merlin Press, 2011.
- HARVEY, David. Crisis Theory and the Falling Rate of Profit. In: Subasat, Turan. (Org.) **The Great Financial Meltdown**. Northampton (MA): Edward Elgar. 2016.
- KLIMAN, Andrew. "The Destruction of Capital" and the Current Economic Crisis. **Socialism and Democracy**, v.23, n.2, p.47-54, 2009.
- KLIMAN, Andrew. **The Failure of Capitalist Production: Underlying Causes of the Great Recession**. London: Pluto Press, 2011.
- LAPAVITSAS, Costas. Theorizing Financialization. **Work, Employment and Society**, v. 25, n. 4, p. 611-626, 2011.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política** (vol. 3, 2a ed.). São Paulo: Editora Nova Cultural. 1986. Originalmente publicado em 1894.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política** (vol. 1). São Paulo: Editora Nova Cultural. 1996. Originalmente publicado em 1867.
- MARX, Karl. **Grundrisse: Manuscritos Econômicos de 1857-1858: Esboços da Crítica da Economia Política**. Tradução de Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- MCNALLY, David. From Financial Crisis to World-Slump: Accumulation, Financialisation, and the Global Slowdown. **Historical Materialism**, v.17 n.2, p.35-83, 2009.
- MCNALLY, David. **Global Slump: The Economics and Politics of Crisis and Resistance**. Oakland (CA): PM Press. 2011.
- MOHUN, Simon. Distributive Shares in the US Economy, 1964–2001. **Cambridge Journal of Economics**, v.30, n.3, p.347-370. 2006.

MOLLO, Maria de L. R. Crédito, Capital Fictício, Fragilidade Financeira e Crises: Discussões Teóricas, Origens e Formas de Enfrentamento da Crise Atual. **Economia e Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 449-474, 2011.

ROBERTS, Michael. It's a Depression. **Science & Society**, v. 80, n. 4, p. 550-565, 2016a.

ROBERTS, Michael. **The Long Depression: How It Happened, Why It Happened and What Happens Next**. Chicago: Haymarket Books. 2016b.

SHAIKH, Anwar. The First Great Depression of the 21st Century. **Socialist Register**, v.47, p.44-63, 2011.

TAVARES, Maria da Conceição de Almeida. **Ciclo e Crise: O Movimento Recente da Industrialização Brasileira**. 1978. Tese (livre-docencia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Economia e Administração, Rio de Janeiro, RJ.

TOPOROWSKI, Jan. The Crisis of Finance in Marxian Political Economy. **Science & Society**, v.80, n.4, p.515-529. 2016.